

Bioenergética São Martinho S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de março de 2025 e relatório
de revisão



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Bioenergética São Martinho S.A.
Pradópolis - SP

Revisamos as demonstrações financeiras da Bioenergética São Martinho S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

**Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras da Bioenergética São Martinho S.A. não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o findo nessa data de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras de exercício anterior revisadas por outros auditores independentes

Os balanços patrimoniais, em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas relacionadas ao exercício findo naquela data, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de junho de 2024, sem modificação.

Ribeirão Preto, 24 de junho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Giovanni Ricardo Pigatto', written over a horizontal line.

Giovanni Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado.....	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido.....	5
Demonstração dos fluxos de caixa.....	6
1 Contexto operacional.....	7
2 Resumo das políticas contábeis materiais.....	8
3 Principais usos de estimativas e julgamentos.....	12
4 Gestão de risco financeiro.....	13
5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	13
6 Contas a receber.....	13
7 Imobilizado.....	14
8 Saldos e transações com partes relacionadas.....	14
9 Imposto de renda e contribuição social.....	15
10 Patrimônio líquido.....	15
11 Compromissos.....	16
12 Receitas.....	17
13 Custo e despesas por natureza.....	17
14 Resultado financeiro.....	18
15 Cobertura de seguros.....	18

Balanço Patrimonial
Em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	2	Fornecedores	8	1.122	267
Aplicações financeiras	5	16.937	18.807	Salários e contribuições sociais		157	118
Contas a receber	6	4.678	636	Tributos a recolher		183	36
Tributos a recuperar		9	23	Imposto de renda e contribuição social	9	417	346
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		21.626	19.468	Outros passivos		309	62
NÃO CIRCULANTE				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2.188	829
Realizável a longo prazo				TOTAL DO PASSIVO		2.188	829
Tributos a recuperar		-	8				
Total do realizável a longo prazo		-	8				
Imobilizado	7	16.703	17.495	Patrimônio líquido	10		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.703	17.503	Capital social		25.243	25.243
				Reservas de lucros		10.898	10.899
TOTAL DO ATIVO		38.329	36.971	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.141	36.142
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.329	36.971

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Receitas	12	44.776	35.841
Custo dos produtos vendidos	13	(24.949)	(15.120)
Lucro Bruto		19.827	20.721
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	13	(686)	(312)
Despesas gerais e administrativas	13	(137)	(177)
Lucro operacional		19.004	20.232
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		2.640	1.860
Despesas financeiras		-	(1)
		2.640	1.859
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.644	22.091
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(2.305)	(1.754)
Lucro líquido do exercício		19.339	20.337

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	19.339	20.337
Resultado abrangente do exercício	19.339	20.337

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de março de 2023		25.243	3.542	-	-	28.785
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.337	20.337
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	10 (b)	-	1.017	-	(1.017)	-
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	10 (c)	-	-	-	(4.830)	(4.830)
Antecipação de dividendos	10 (c)	-	-	-	(8.150)	(8.150)
Lucros à disposição da assembleia		-	-	6.340	(6.340)	-
Em 31 de março de 2024		25.243	4.559	6.340	-	36.142
Dividendos adicionais pagos	10 (c)	-	-	(6.340)	-	(6.340)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.339	19.339
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	10 (b)	-	490	-	(490)	-
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	10 (c)	-	-	-	(4.712)	(4.712)
Antecipação de dividendos	10 (c)	-	-	-	(8.288)	(8.288)
Lucros à disposição da assembleia		-	-	5.849	(5.849)	-
Em 31 de março de 2025		25.243	5.049	5.849	-	36.141

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		19.339	20.337
Ajustes			
Depreciação do ativo imobilizado	7	1.133	1.437
Juros e variações monetárias líquidas	14	(2.640)	(1.860)
Imposto de renda e contribuição social	9	2.305	1.754
		20.137	21.668
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(4.042)	(499)
Tributos a recuperar		26	1.079
Fornecedores		855	(48)
Salários e contribuições sociais		39	(3)
Tributos a recolher		(387)	(307)
Outros passivos		247	63
Caixa proveniente das atividades operacionais		16.875	21.953
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.700)	(1.265)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		15.175	20.688
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação de recursos no imobilizado		(341)	(364)
Aplicações financeiras		4.506	(8.323)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		4.165	(8.687)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos	10	(19.340)	(12.000)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(19.340)	(12.000)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		-	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2	2
<u>Informações adicionais</u>			
Saldos em aplicações financeiras	5	16.937	18.807
Total de recursos disponíveis	5	16.939	18.809

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A Bioenergética São Martinho S.A. ("Companhia") está sediada em Pradópolis, Estado de São Paulo, e tem como objeto social e atividade preponderante a cogeração e comercialização de energia elétrica a partir de derivados da cana-de-açúcar e estudar, projetar e executar planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes e vetores de energia.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da São Martinho S.A. ("SM").

No decorrer de suas atividades, a Companhia assume diversos compromissos, sendo os mais relevantes detalhados na NE 11.

A emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2025 foi aprovada pela Administração da Companhia em 24 de junho de 2025.

Conflito Geopolíticos

Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Companhia. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da empresa.

Variações Climáticas

Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e conseqüentemente podendo afetar as receitas.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Normas e interpretações novas e revisadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2025.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Companhia, a partir e 1º de abril de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:
 - i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

lucro líquido das entidades não mudará. ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

Atualmente, a Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo requerimento dentro do prazo estabelecido.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras incluem investimentos que, por motivos contratuais ou outras questões do negócio, permanecem ou não com sua movimentação restrita. Caso a Administração tenha expectativa de que o evento restritivo ocorra em menos de 12 meses, a parcela relacionada é classificada para o ativo circulante. Caso contrário, o valor é mantido no ativo não circulante. As aplicações financeiras que não possuem cláusulas restritivas de movimentação são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros, onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

	Classificação	2025	2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	2	2
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	16.937	18.807
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	4.678	636
		21.617	19.445
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo Amortizado	1.122	267
		1.122	267

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de edifícios e dependências e máquinas e equipamentos industriais, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável (*impairment*). Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de março de 2025 e 2024, conforme facultado pela legislação fiscal, a Companhia optou por apurar os tributos correntes pelo regime de "Lucro presumido".

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados com base em um regime chamado lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo dos impostos é definida aplicando-se certos percentuais sobre a receita bruta da empresa, ou seja, sobre o total das vendas e serviços antes de descontar os custos e despesas.

Para as vendas de produtos (excluindo devoluções), utilizam-se os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social. Já para receitas com prestação de serviços, aplica-se o percentual de 32% para ambos os tributos. Sobre as receitas financeiras não há presunção, ou seja, é tributado o total das receitas financeiras auferidas no período. Sobre a base total calculada, são aplicadas as alíquotas de 15% e o adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, resultando no valor final a ser pago.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

2.11 Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Comercialização de energia

A Companhia assinou um contrato de fornecimento de energia elétrica com a CPFL Comercialização Brasil S/A no montante 200.000 MW/ano, ao preço de R\$ 269,03 p/ MWh (2024 – R\$ 269,03 p/ MWh) pelo prazo de 20 anos a contar a partir de janeiro de 2014. O faturamento é realizado de abril a dezembro de cada ano. Referido contrato determina que o fornecimento pode ser realizado pela Companhia ou pela sua controladora SM.

Adicionalmente, o excedente de energia elétrica que ultrapassar o contrato de fornecimento, é comercializado no mercado livre.

2.12 Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência.

3 Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Considerando a atividade operacional da Companhia, não há estimativas contábeis que representem um risco significativo, com probabilidade de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4 Gestão de risco financeiro

Pelo fato da Companhia possuir apenas itens do ativo imobilizado em seu ativo e esses itens ser utilizados para cogeração de energia elétrica por meio do vapor adquirido por meio de contrato com a SM. A administração enxerga que ela não está exposta a nenhum risco financeiro comumente gerenciado, que são os riscos de liquidez, de mercado, operacional ou de capital.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir este custo.

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2025	2024
Caixa e bancos	2	2
Total de caixa e equivalentes de caixa	2	2
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (i)	16.937	18.807
Total de aplicações financeiras	16.937	18.807
Total de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	16.939	18.809

- (i) Fundos de investimento com rentabilidade média anual 102,2% do CDI (em 31 de março de 2024 102,2% do CDI).

6 Contas a receber

O saldo em aberto no contas a receber refere-se à venda de energia elétrica com vencimento em até 12 meses. A Companhia não tem perdas esperadas sobre o saldo em aberto e conseqüentemente não tem constituído perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa.

A análise de vencimentos das contas a receber nas demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2024 está apresentada a seguir:

	2025	2024
A vencer:		
em até 30 dias	4.678	636
	<u>4.678</u>	<u>636</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imobilizado

Equipamentos e instalações industriais	2025	2024
Saldo no início do exercício	17.495	18.568
Aquisição	341	364
Depreciação	(1.133)	(1.437)
Saldo no final do exercício	16.703	17.495
Custo total	27.026	27.723
Depreciação acumulada	(10.323)	(10.228)
Valor residual	16.703	17.495
Taxas médias de depreciação	4,2%	5,2%

8 Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos

Do saldo de R\$ 1.122 (em 31 de março de 2024 R\$ 267) registrado na rubrica de fornecedores, R\$ 1.006 (em 31 de março de 2024 R\$ 10) refere-se ao saldo do contas a pagar para a São Martinho S.A. relacionado a compra de vapor e ao rateio de serviços compartilhados.

b) Transações no exercício

	2025	2024
Compra de vapor (i)	(8.492)	(7.723)
Rateio de serviços compartilhados (i)	(116)	(127)

- (i) As transações referem-se a compra e venda de vapor industrializado e rateio de serviços compartilhados com a São Martinho S.A. em condições pactuadas entre as partes.

As transações com partes relacionadas estão suportadas por contratos e em condições estabelecidas entre as partes.

c) Remuneração dos Administradores

A alta administração do Grupo São Martinho atua em nível corporativo e sua remuneração não gerou despesas para a Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Imposto de renda e contribuição social

Para o exercício das demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2024, a Companhia optou pela tributação do imposto de renda e contribuição social pelo lucro presumido.

	2025	2024
No passivo circulante - A pagar		
Imposto de renda	263	236
Contribuição social	154	110
	<u>417</u>	<u>346</u>

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está apresentada abaixo:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Venda de energia elétrica	46.473	46.473	37.199	37.199
Presunção	8%	12%	8%	12%
	3.718	5.577	2.976	4.464
Rendimentos de aplicações financeiras	2.640	2.640	1.860	1.860
Base tributação	6.358	8.217	4.836	6.324
Alíquota tributo	25%	9%	25%	9%
	(1.590)	(740)	(1.209)	(569)
Efeito do adicional do IRPJ	25	-	24	-
	<u>(1.565)</u>	<u>(740)</u>	<u>(1.185)</u>	<u>(569)</u>
Total IRPJ e CSLL		<u>(2.305)</u>		<u>(1.754)</u>
IRPJ e CSLL correntes		<u>(2.305)</u>		<u>(1.754)</u>
		<u>(2.305)</u>		<u>(1.754)</u>

10 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em de 31 de março de 2025 e 2024, o capital social é de R\$ 25.243, representado por 25.243.000 ações ordinárias nominativas, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal, quando aplicável.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	19.339	20.337
Constituição de reserva legal -5%	(490)	(1.017)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	18.849	19.320
Alíquota de dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	(4.712)	(4.830)
Dividendos adicionais pagos	(8.288)	(8.150)
Total de dividendos antecipados	(13.000)	(12.980)

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 a Companhia aprovou a antecipação de dividendos no montante de R\$ 13.000 (em 31 de março de 2024 R\$ 12.000), dos quais R\$ 4.712 (em 31 de março de 2024 R\$ 4.830) referem-se a dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 8.288 (em 31 de março de 2024 R\$ 8.150) a dividendos adicionais.

O excedente de R\$ 980, distribuídos antecipadamente durante o exercício findo em 31 de março de 2023, classificado anteriormente na rubrica de "Outros créditos", foi utilizado como dividendos antecipados no exercício encerrado em 31 de março de 2024.

Em Assembleia Geral Ordinária foi aprovado o pagamento de dividendos complementares provenientes de reserva de lucros, no montante de R\$ 6.340.

11 Compromissos

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Atualmente, o compromisso que merece destaque na presente demonstração financeira é:

Fornecimento de Energia Elétrica

A Companhia mantém compromissos de comercialização de 155.928 MWH/ano de energia elétrica, negociado com a CPFL pelo prazo de 21 anos a partir de 2011.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Receitas

	2025	2024
Receita bruta de vendas	46.473	37.199
Impostos e deduções sobre vendas	(1.697)	(1.358)
	<u>44.776</u>	<u>35.841</u>

13 Custo e despesas por natureza

	2025	2024
Energia para revenda (i)	(15.821)	(3.895)
Insumos	(7.627)	(7.415)
Depreciação	(1.133)	(1.437)
Despesas com pessoal	(682)	(623)
Taxa de comercialização de energia	(618)	(262)
Serviços de terceiros	(87)	(105)
Peças e serviços de manutenção	(56)	(138)
Baixa de crédito de ICMS (ii)	-	(900)
Outras receitas e despesas	252	(834)
	<u>(25.772)</u>	<u>(15.609)</u>
<u>Classificadas como:</u>		
Custo dos produtos vendidos	(24.949)	(15.120)
Despesas com vendas	(686)	(312)
Despesas gerais e administrativas	(137)	(177)
	<u>(25.772)</u>	<u>(15.609)</u>

- (i) O valor de energia elétrica para revenda corresponde ao valor dispendido pela Companhia para aquisição no mercado para atendimento de demandas no exercício.
- (ii) Baixa de crédito de ICMS não recuperáveis sobre obras em andamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	2.636	1.860
Outras receitas financeiras	4	-
	<u>2.640</u>	<u>1.860</u>
Despesas financeiras		
Outras Despesas	-	(1)
	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro	<u>2.640</u>	<u>1.859</u>

15 Cobertura de seguros

A Companhia tem sua planta industrial dentro da área de sua controladora São Martinho S.A., e é contemplada por sua apólice de seguros.

* * *